

**CONCEPÇÕES DE NATUREZA E TENDENCIAS DO
AMBIENTALISMO: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
GEOGRÁFICO ENTRE AMBIENTE E PAISAGEM NO
BRASIL**

**CONCEPTIONS OF NATURE AND
ENVIRONMENTALISM TRENDS: CONTRIBUTIONS TO
THE GEOGRAPHICAL DEBATE AMONG
ENVIRONMENT AND LANDSCAPE IN BRAZIL**

**CONCEPCIONES DE LA NATURALEZA Y TENDENCIAS
DE MEDIOAMBIENTE: CONTRIBUCIONES AL DEBATE
GEOGRÁFICO ENTRE EL MEDIO AMBIENTE Y PAISAJE
EN BRASIL**

ROSEMERI MELO E SOUZA

Professora Associada DGE/NPGEO e do PRODEMA - UFS

Líder do Grupo de Pesquisa GEOPLAN/CNPq/UFS

End: Av. Marechal Rondon, s/n Jardim Rosa Elze,

Prodema, CEP 49100-000 São Cristóvão - SE

E-mail: rosemeri.melo@pq.cnpq.br

RESUMO

Este ensaio objetiva estabelecer contribuições acerca das concepções de natureza e vertentes ideológicas do ambientalismo ao pensamento e à teoria geográfica no Brasil. Merecem destaque neste estudo, as concepções analisadas e um quadro conceptual, em processo de elaboração, acerca das categorias ambiente e paisagem na esfera do pensamento geográfico e da teoria geográfica brasileira, a partir da perspectiva socioambiental. Conclui-se pela necessidade de aprofundamento deste debate, ainda recente dentro da Geografia brasileira, acerca da relação das categorias ambiente e paisagem no final do século XX, sob a perspectiva desenvolvida neste trabalho.

Palavras-Chave: Natureza, Ambiente e Paisagem, Teoria, Pensamento Geográfico.

RESUMEN



Este ensayo establece algunas posibles contribuciones de la discusión de las concepciones de naturaleza y las vertientes ideológicas del medioambientalismo al pensamiento y a la teoría geográfica en Brasil. Hacia el debate propuesto sobreponense algunas aportaciones teóricas y um quadro conceptual, em construção, de las categorías de medioambiente y paisaje em la scena de la Geografía contemporânea, bajo una demarcación socioambiental. Concluyese por el profundizamiento del debate necesario aun nuevo em la Geografía brasileña, a cerca de la relación de las categorías de medioambiente y paisaje al final del siglo XX, bajo la perspectiva desarrollada en este trabajo.

Palabras Claves: Naturaleza, Medioambiente y Paisaje, Teoría, Pensamiento Geográfico.

ABSTRACT

This essay shows some contribution of analytical conceptions of nature and environmentalism ideological slopes on Brazilian geographic thought and theoretical approaches. In this context are presented foundations and a conceptual framework, in process, about environment and landscape as geographical categories, within a socio environmental perspective. It's summarized that it's necessary to become deep this discussion either recent in Brazilian geographic debate about environment and landscape relationship in the twentieth century' end under the developed approach along this paper.

Keywords: Nature, Environment and Landscape, Theory, Geographical Thought.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em primeiro lugar, faz-se mister salientar que a relação predatória com o mundo natural não ocorreu apenas no mundo ocidental, fazendo-se imprescindível ressaltar o alvorecer das sensibilidades face ao meio natural no Romantismo e sua implicações à gênese da idéia de conservação da natureza, cuja influência na Europa e nos Estados Unidos se fez notar desde as inovações do estabelecimento de áreas verdes nas cidades (parques e jardins) para fruição da vida natural e repouso, a exemplo da implantação destes espaços dedicados à conservação da vida natural no Brasil, em medos



do século XIX, (Jardim Botânico e Floresta da Tijuca), remontando aos primórdios da conservação da natureza no Brasil Imperial após mais de três séculos de dilapidação paisagístico-ambiental.

A tese adotada para discutir a crise ecológica suscitadora de tais mudanças de orientações discursivas é a defendida por White Jr. (1997) que imputa as raízes da crise ecológica mundial às tradições científico-tecnológicas e às justificativas ideológicas engendradas no mundo ocidental para a tensão de sentidos criadores/ destruidores dos espaços, com suas paisagens e ambientes.

Por conseguinte, apresenta-se um mapeamento das contribuições dos pontos de vista analíticos embutidos nas discursividades acerca do debate conservação X ecodesenvolvimento no âmbito do ambientalismo brasileiro, propondo-se algumas possibilidades de convergências analíticas destas concepções para a ampliação e o enriquecimento do debate sobre paisagem e ambiente na esfera da Geografia brasileira,

Uma retrospectiva na história do Ocidente a respeito das idéias e práticas adotadas sobre os usos dos recursos naturais implica, a rigor da análise, salientar que a relação predatória com o mundo natural não ocorreu apenas no mundo ocidental, como uma apreciação superficial da temática poderia induzir.

Ao contrário do que costuma ser imaginado acerca de sociedades orientais, como a chinesa, onde o culto à natureza era e continua a ser característico, tal atitude não ensejou relações mais harmônicas na perspectiva de uma maior conservação ambiental, conforma registra Thomas:

Os problemas ecológicos não são exclusivos do Ocidente, pois a erosão do solo, o desmatamento e a extinção de espécies tiveram lugar onde a tradição judaico-cristã não teve a menor influência. Os mais, os chineses e os povos do Oriente Próximo foram capazes de destruir o meio ambiente sem a ajuda do Cristianismo (1988, p. 29).

Desse modo, faz-se mister salientar que a tese que imputa as raízes da crise ecológica mundial às tradições científico-tecnológicas e às justificativas ideológicas engendradas no mundo



ocidental, defendida por Leslie White Jr. (1997) não apresenta uma visão imparcial do processo de degradação ambiental.

Todavia, esse importante pensador, hoje tido como clássico da ciência ambiental, traz à discussão das raízes da devastação da natureza no Ocidente, a contribuição referente a povos formadores do mundo ocidental como os romanos, exploravam os recursos naturais no mundo pré-cristão de modo muito mais racional que seus sucessores (p. 144).

Ademais, estudos antropológicos já consagrados como o estudo clássico sobre os Tobians, nativos da Oceania, realizado por Margareth Mead (1962), entre outros mais próximos mais igualmente clássicos, como os realizados por Clifford Geertz (1978) fornecem numerosos exemplos acerca da ação dilapidadora de culturas em nada assemelhadas ao modelo cosmogônico judaico-cristão que foram, todavia, desconsiderados na análise teórica de White Jr, ao imputar por completo à tradição ocidental a herança do Antropocentrismo no tocante à gênese e propagação dos danos ambientais.

O mesmo autor ressalta que a palavra Ecologia somente foi empregada na língua inglesa em 1873, pelo alemão Ernest Haeckel, a fim de reforçar o argumento de que, apenas de modo bastante tardio e após haverem completado a espoliação colonial, os europeus começaram a ter preocupações com o ambiente (WHITE JR, 1997, p. 146).

Em todo o mundo, portanto, ao longo da história humana no planeta, a escassez dos recursos e a degradação do meio ambiente combinam-se com populações em rápida expansão.

Esses problemas constituem faces de uma só moeda: a crise do modelo civilizatório global – eis o argumento central na análise da emergência da problemática da Conservação da Natureza, de modo evolutivo, até a acepção atual de sustentabilidade, no campo das ciências, e seu correspondente na esfera da política ambiental – o desenvolvimento sustentável.

Um dos registros históricos mais recuados no tempo acerca de atitudes desenvolvidas em prol do que hoje se denomina conservação dos recursos naturais consiste naquele registrado por Collingwood (1988) a respeito da limitação da caça em certas épocas do ano em terras pertencentes à Igreja Católica na Idade Média.



Aliás, em comunidades tradicionais cujo modo de vida é mais orientado pela natureza, como afirmam Berkes, Folke e Colding (1998), têm sido descobertas práticas ecológicas respaldadas em mecanismos sociais cujos resultados antecedem, em séculos, as preocupações ocidentais sobre o uso sustentável dos recursos naturais. Segundo esses autores, isso decorre do fato que estas comunidades entendem, em sua visão de mundo, homem e natureza como constituintes inseparáveis do mesmo todo, ou seja, a Natureza, desde tempos imemoriais.

Assim, as práticas ecológicas existentes nessas sociedades tidas como tradicionais segundo a visão ocidental de mundo, repousam na conservação de uma sabedoria ancestral cultivada na relação do homem com a Vida, ao passo que a ciência ocidental erigiu seu modo operativo à margem da ordem ecológica da vida no planeta (p. 351).

No mundo ocidental, sobretudo com o advento da modernidade técnica, tal sabedoria de cunho ancestral foi rompida pelo triunfo de uma visão reducionista da ciência a qual, por sua vez, engendrou um modelo orientado pelo domínio da técnica sobre o mundo natural, conforme enuncia Morin:

O mundo ocidental inventou um modelo prometeico de dominação, de conquista da natureza, que afasta qualquer idéia de sabedoria... [Todavia] uma das maiores aquisições da consciência contemporânea passou a ser a consciência dos limites (1996, p. 239).

Assim, o resgate das visões acerca da evolução das preocupações acerca da conservação da natureza até a sustentabilidade respalda-se na crítica estabelecida por Morin ao modelo civilizatório metaforicamente remetido ao fogo de Prometeu da inescotabilidade do meio ambiente pela aceleração tecnológica.

Morin (2000) salienta que este modelo prometeico de devastação da natureza pelo domínio da técnica desvinculada de qualquer sabedoria está a extinguir-se, lenta, porém irrevogavelmente, pelos ventos da consciência dos limites globais, possibilitando a reatulação de culturas locais e a manutenção da diversidade cultural da vida.



Para Alan Drengsson (1995), esta consciência dos limites globais da devastação ambiental vem trazendo à tona um olhar o mundo que transpõe o individualismo, a tecnocracia e aponta para uma visão da pessoa planetária calcada numa auto-ética reconstrutiva para-si e para o mundo.

Essa perspectiva ética se encontra na base de alguns modelos de conservação da natureza, a exemplo do preservacionismo orientado por uma concepção profunda da Ecologia (Deep Ecology), cuja influência no debate internacional sobre políticas ambientais fez notar-se na criação de unidades de conservação de uso restrito e da adoção de Reservas da Biosfera, temas a serem abordados na seção 2.3 deste capítulo.

Quanto ao caráter evolutivo da discussão acerca da conservação da natureza, a contribuição da concepção romântica de natureza evocada por Schelling e outros conforme exposta na seção anterior deste capítulo, prestou significativa contribuição ao desenvolvimento de sensibilidades referentes ao mundo natural.

Do ponto de vista prático, tal influência se fez notar desde as inovações do estabelecimento de áreas verdes nas cidades (parques e jardins) para fruição da vida natural e repouso, na Alemanha, a exemplo do ocorrido e já comentado acerca da Inglaterra.

Destaca-se também a atuação dos naturalistas e artistas anglo-saxônicos em países coloniais, como Franz Post e Varnhagem no Brasil, cuja tradição de retratar a exuberância da natureza no novo mundo pode ser recuada até a Carta de Caminha (BUENO, 2001), tendo contribuído, com a publicação de suas obras para o reflorescimento das sensibilidades face à natureza.

A fundação da primeira universidade alemã que atuou como centro difusor de conhecimentos sobre o mundo natural, galvanizou o surgimento e a atuação de sociedades de amigos da natureza, além do estabelecimento de expedições científicas regulares e da elaboração de coleções sobre espécies de várias partes do mundo, além do ensino de História e Ciência Natural também constituem indícios da eclosão do fenômeno denominado novas sensibilidades sobre o mundo natural (THOMAS, 1988).

As repercussões desses fatores ocorridos no mundo anglo-saxônico foram notáveis sobre políticos e ativistas da natureza nos Estados Unidos (EUA) onde foi criado o primeiro parque nacional para a preservação das espécies e paisagens de inestimável valor



cênico, o Parque Yellowstone, em 1873, existente até hoje (SCHAMA, 1996).

Dado o ápice do industrialismo estender-se desde a segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX, com o auge dos modelos de acumulação capitalista baseados na produção em série e no estabelecimento de esquemas globais de produção/circulação de mercadorias denominados Fordismo-Toyotismo (ANTUNES, 1997), as posturas ideológicas do ambientalismo cornucopiano e do tecnocentrismo foram preponderantes na esfera das negociações e práticas ambientais.

A necessidade de reconstrução econômica européia no período posterior à Segunda Guerra Mundial ampliou a busca desenfreada por matérias-primas no mundo colonial (África, Ásia e Américas Central e do Sul), ensejando o processo de neocolonialismo ou nova partilha geopolítica do mundo, cuja tragédia socioambiental perdura até nossos dias, haja vista o agravamento da problemática ambiental nessas regiões do globo, sobretudo África e Ásia, com nuvens tóxicas, desequilíbrios ecológicos de toda sorte, acidentes ambientais de graves proporções, pandemias e o maior de todos os flagelos – a perpetuação do ciclo da pobreza e da apartação de seus povos (BUARQUE, 1998).

A título ilustrativo dessas posturas no Brasil, vale ressaltar o modelo de exploração dilapidatório da Amazônia brasileira realizado por capitalistas transnacionais no projeto de mineração do vale dos índios Carajás denunciado de modo exemplar por Orlando Valverde em 1985.

Somente no bojo da grande crise capitalista de 1973 assumem relevância na agenda política internacional análises centradas na questão ambiental, a exemplo do primeiro relatório do Clube de Roma e sua orientação sobre a necessidade do crescimento zero como meio de equilibrar os recursos ambientais disponíveis em escala global (MEADOWS, 1997).

Nesse período, ganham repercussão alertas proferidos anos antes por cientistas como Raquel Carson (1997) acerca dos efeitos dos pesticidas sobre organismo vivos superiores e, por extensão, sobre a saúde humana. A divulgação internacional de seu livro, *Silent Spring* (Primavera Silenciosa) acentua a necessidade se pensar - e adotar -



formas de uso dos recursos naturais preocupadas com o equilíbrio ecológico.

Ainda que a adoção da perspectiva conservacionista remonte, em países anglo-saxônicos, aos séculos XVIII e XIX, conforme previamente discutido, a institucionalização da conservação da natureza como campo científico só virá a ocorrer na segunda metade do século XX nos EUA, conforme registra Meffe:

Apenas nos anos cinquenta do século XX é que são produzidos nos EUA textos científicos extensos e aprofundados acerca da temática da conservação da natureza, como os de autoria de Raymond Dasmman (1959), chamado Conservação da Natureza e de David Ehrenfeld (1970), intitulado Biologia da Conservação, cruciais à eventual fundação, em 1985, da Sociedade para a Biologia da Conservação e seu respectivo periódico do mesmo nome (1999, p. 127).

Partindo-se do princípio enunciado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em 1991 (apud VERNIER, 1994) segundo o qual “se uma atividade é sustentável, para todos os fins práticos ela pode continuar indefinidamente; contudo, não pode haver garantia de sustentabilidade em longo prazo porque muitos fatores são desconhecidos ou imprevisíveis”, pode-se resgatar o pensamento de Aldo Leopold, especialista em solos da Universidade de Wisconsin (EUA) e conservacionista prático, como um dos mais relevantes precursores da sustentabilidade ambiental no campo do pensamento conservacionista do século XX.

Décadas antes da afirmação científica do campo da Biologia da Conservação, Aldo Leopold já questionava as bases de formulação do então emergente conceito de conservação da natureza nos termos expostos a seguir:

Conservação é um conceito usualmente concebido com relação ao suprimento de recursos naturais. Essa concepção é inadequada, pois um déficit no suprimento de um dado recurso não denota, necessariamente, perda de saúde do conjunto de recursos a ele associados.



Ao passo que a perda ou falha de funções de um único recurso implica, não importa quão ampla seja a oferta então disponível do recurso deficitário em termos funcionais. Por conseguinte, a erosão, uma disfunção de água e solos,, é mais importante que o mero esgotamento localizado desse recurso, porque afeta e deteriora completamente o funcionamento da comunidade dos demais recursos associados ao solo de modo permanente, ainda que o recurso solo, em si, seja afetado apenas de modo temporário (LEOPOLD, 1944, p. 38).

Ao estabelecer relações entre os componentes dos vários elementos formadores de um sistema ambiental a fim de superar a análise - então predominante - de que a conservação deveria tratar de cada recurso natural isoladamente, esse iminente cientista rompe com uma visão disjuntiva acerca da atuação dos fatores naturais, ressaltando a integração entre os mesmos, em sua diversidade biofísica, como o caminho analítico correto para a conservação dos recursos naturais e seu uso durável ao longo do tempo.

Na esfera do ativismo político, Leopold foi um dos fundadores da célebre entidade conservacionista conhecida como Sociedade Audubon (Audubon Society), nos anos 30, que tinha entre seus propósitos a difusão de práticas conservacionistas entre fazendeiros norte-americanos.

Na sua obra intitulada “Ética da Terra” (Land Ethic) publicada em 1949, Leopold alerta sobre as repercussões das atividades agrícolas sobre os ecossistemas bem como o conseqüente comprometimento das funções ecológicas sobre as quais se assenta a realização da própria agricultura:

A atividade agrícola foi ativamente desenvolvidas antes do nascimento da ecologia, assim, uma lenta penetração dos conceitos ecológicos era esperada. Todavia, mais importante que isto é constatar que, mesmo podendo multiplicar a produtividade dos solos, vale salientar os custos da depleção dos solos sobre o custo total da produção de alimentos, ou seja, nós podemos



aumentar a produtividade dos cultivos agrícolas mas não podemos aumentar indefinidamente a sua fertilidade sem levá-los à exaustão...Aos descontentes acerca das implicações, indescritíveis nos limites desta obra, sobre esse aspecto crucial da atividade agrícola sobre o meio natural, nunca é demais salientar nossa insistência na manutenção do equilíbrio de fatores como a flora e a fauna do solo sem as quais as atividades agrícolas tendem a decair em seus resultados, até desaparecer (LEOPOLD, 1985, pp. 222-223).

É possível captar, nas citações apresentadas, que o pensamento de Leopold dirigia-se não apenas a questões de cunho pragmático, mas também era dotado de profundo senso ético. Mesmo a partir de um campo restritivo de atuação, a ciência dos solos, ressalta-se a contribuição desse autor no tocante à elaboração de análises integradoras das inter-relações entre os fatores naturais.

Porquanto os críticos atuais do pensamento leopoldiano desconsiderem a defesa da sustentabilidade explícita em seus argumentos, preferindo evidenciar que muitas de suas premissas teóricas foram suplantadas pelo aporte tecnológico da Revolução Verde, ocorrida a partir dos anos sessenta do século passado, alguns deles têm reconhecido, em anos mais recentes o nítido caráter de alertas científico-filosóficos contidos em seus numerosos escritos acerca dos limites insustentáveis das atividades agrícolas, em particular, bem como do desrespeito à ética da vida em geral (MEINE, 1999).

As incertezas dos efeitos nefastos da adoção irrestrita da tecnologia sobre os ecossistemas e os ciclos de regulação da vida no planeta, conduziu o filósofo alemão Hans Jonas (1973) a elaborar o “Princípio da Responsabilidade”, mais tarde denominado “Princípio da Precaução” em termos ambientais.

Esse princípio advoga que, havendo incerteza científica sobre os possíveis danos que possam ser causados aos sistemas ambientais em decorrência do uso de tecnologias cujos impactos não forem suficientemente conhecidos, a aplicação das mesmas deve ser evitada por responsabilidade para com os entes e viventes no planeta, agora e no futuro.



A repercussão do Princípio da Responsabilidade na formulação de políticas ambientais foi salientada por Léveque (1999, pp. 72-75), sobremaneira no que diz respeito às políticas voltadas à conservação da Biodiversidade enquanto Bartholo e Bursztyn ressaltam a relevância desse princípio em termos éticos, haja vista sua formulação inserir-se no horizonte do desenvolvimento sustentável:

A proposta de Hans Jonas é fundamentar uma modernidade ética apta a restringir a capacidade humana de agir como um destruidor da autoafirmação do ser, expressa na perenização da vida. Desde uma tal perspectiva, podemos conceber o desenvolvimento sustentável ¹como uma proposta que tem em seu horizonte uma modernidade ética, não apenas uma modernidade técnica, pois o princípio “sustentabilidade” implica incorporara ao horizonte da intervenção transformadora do mundo da necessidade o compromisso com a perenização da vida (2001, p. 167).

Nessa atmosfera onde emergia a necessidade de estabelecer, no mínimo, limitações mais nítidas ao uso desenfreado das inovações tecnológicas, sob pena de comprometimento da qualidade da vida em termos imediatos e sua inviabilização para futuras gerações, Ignacy Sachs, conferencista convidado à Conferência preparatória da I Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, realizada em 1972 em Forneux, Suíça, empregou pela primeira vez o termo ecodesenvolvimento, referindo-se a um tipo de desenvolvimento centrado na busca do equilíbrio no uso dos recursos ambientais visando sua conservação para futuras gerações.

Para Sachs (1994), o ecodesenvolvimento engloba tanto a preservação – quando necessário devido à depleção e às ameaças globais sobre os recursos ambientais – quanto a conservação, apoiada em formas de uso racional dos ecorecursos e consiste na atitude de promover um desenvolvimento sócio-econômico

¹ Grifo dos autores, conforme o original.



equitativo, através de estratégias ambientalmente adequadas e suportáveis a nível ecológico

Ao longo desse tempo, ecodesenvolvimento se tornou sinônimo de desenvolvimento durável (*developpement durable*) entre os francófonos e foi rebatizado por anglo-saxões, nos anos 80 do século XX como Desenvolvimento Sustentável no âmbito dos trabalhos da Comissão Brundtland, preparatória da II Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, realizada vinte anos após a Cúpula de Estocolmo, mais conhecida como Rio-92.

O conceito de ecodesenvolvimento (*ecodeveloppément*) foi, desde então, amplamente difundido e aprimorado por outros estudiosos e pelo próprio Sachs (2000), passando a comportar várias facetas para sua viabilidade, ao transcurso dos numerosos debates iniciados nos anos setenta do século passado.

A validação gradativa e processual do conceito de ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável implica admitir o fato que os princípios e premissas que devem orientar a implementação da sustentabilidade não se encontram ainda em sua forma definitiva. Torná-la uma realidade é, antes de tudo, um processo em que os atores pactuam gradual e sucessivamente novos consensos e montam uma agenda possível rumo ao tipo de desenvolvimento futuro que se deseja sustentável.

Quando se lança dúvida sobre a eficácia do conceito de desenvolvimento sustentável de base local abordado nos termos acima, vale refletir acerca das considerações realizadas pela OCDE acerca da noção - equivocada - de desenvolvimento sustentável local como mera superposição de programas, sem uma estratégia que de fato possa mobilizar as comunidades.

[...] a estratégia de desenvolvimento sustentável local é particularmente válida como um complemento do desenvolvimento regional no âmbito de uma estratégia maior baseada no conceito de “desenvolvimento territorial” - a combinação de políticas governamentais descendentes com iniciativas locais ascendentes (1994, p. 233).

A constatação dos desacertos sociais e históricos derivados de concepções lineares de desenvolvimento, nas quais inexistia a



preocupação com os horizontes temporais de conservação dos recursos existentes para uso futuro e garantia de obtenção de níveis de bem-estar entre gerações, passou a dar nítidos sinais de esgotamento global em meados dos anos 70, conforme discorrido ao longo desta seção.

A excessiva ênfase na racionalidade econômica tem sido questionada desde então, por variadas e complexas razões, entre as quais sobressaem:

- o esgotamento das possibilidades conciliatórias entre os postulados tayloristas de produção x a intensidade e a amplitude da escala de degradação ambiental em termos globais e
- a inadequação das políticas e práticas governamentais em engendrar efeitos duradouros para as comunidades locais, enquanto atores hegemônicos, na perspectiva de melhorar suas condições de vida, respeitando a sua diversidade de modos de vida, seus valores culturais e seu patrimônio ambiental (NORGAARD, 1997).

John Mc Cormick (1992, p. 192) aponta a emergência de um novo paradigma ambiental, definido como o clamor por um tipo de sociedade inteiramente novo, caracterizado pela produção e consumo cuidadosamente considerados, pela conservação de recursos, produção mediante o emprego de tecnologias limpas, baseado nos valores básicos da compaixão, justiça e qualidade de vida.

Numa perspectiva de caráter libertário, Murray Boockchin (1999) preconiza a utopia da sociedade libertária baseada no princípio socialista de “a cada um segundo a sua capacidade e a sua necessidade”.

Já Michel Serres salienta a necessidade de estabelecimento de um novo contrato natural erigido sob a ótica da sustentabilidade, proposto nos seguintes termos:

Portanto, o retorno à natureza! O que implica acrescentar ao contrato exclusivamente social a celebração de um contrato natural de simbiose e de reciprocidade em que a nossa relação com as coisas permitiria o domínio e a posse pela



escuta admirativa, a reciprocidade, a admiração e o respeito, em que o conhecimento não suporia já a propriedade nem a ação o domínio. Enfim, um contrato de simbiose: o simbiota admite o direito do hospedeiro, enquanto o parasita – nosso atual estatuto – condena à morte aquele que o habita sem ter consciência [...] (1994, pp. 72-73).

Tais considerações lograram campo na agenda internacional em fins dos anos sessenta, tomando como marco referencial a Conferência Preparatória da UNESCO (68) à primeira reunião de cúpula mundial acerca da questão ambiental, a Estocolmo 72 (VIEIRA E WEBER, 1997).

Decorridos mais de vinte anos e, sobremaneira, após a Cúpula da Terra, popularizada como Rio/92, no Rio de Janeiro, permitem verificar a afirmação política do ambientalismo, movimento galvanizador da nova coalizão de atores e de aspirações comunitárias cuja base ideológica remonta ao século XIX (RIBEIRO, 1999).

Por sua vez, o espaço conquistado por esta ideologia tem estimulado a incorporação discursiva e de múltiplas tentativas de implementação da sustentabilidade estabelecida como primordial à redefinição do ideal de progresso a ser construído para além dos parâmetros da irracionalidade moderna (ASCERALD, 1995).

O escopo da modernidade alicerçada de modo ético consiste na redefinição dos modelos de produção de atividades econômicas erigidas entre povos diversos e desiguais sob o prisma da modernidade técnica. As implicações éticas da adoção do princípio sustentabilidade são salientadas por Bartholo e Burszty:

A lógica do desenvolvimento precisa ser subordinada aos imperativos de uma modernidade ética, não apenas uma modernidade técnica. E essa ética necessita dar respostas a novos desafios. Não se trata mais de encontrar termos relacionais equânimes de um contrato social firmado em condições de reciprocidade e simetria. Trata-se de enquadrar relações de poder assimétricas e, no limite, unilaterais e não-recíprocas. Desde essa perspectiva, a idéia tradicional de um contrato inter pares como fundamento da ética fracassa



aqui. A sustentabilidade implica uma nova concepção: um pacto entre desiguais e diversos que assegure a qualidade de vida das gerações futuras (2001, p. 166).

Assim, desde o ponto de vista da evolução teórica das idéias relacionadas à conservação da natureza e dos desdobramentos filosóficos e políticos da sustentabilidade enquanto princípio ético, é possível traçar um esboço analítico que contempla um crescimento rumo à diversidade de concepções e práticas, partindo das concepções preservacionistas, claramente orientadas pelo Biocentrismo (vide quadro 2.1), passando pelo Tecnocentrismo exarcebado que passa a ser combatido nas primeiras décadas do século XX.

Essa postura ideológica exarcebada do Tecnocentrismo vem sendo substituído progressivamente substituída pela vertente moderada devido à tomada de consciência dos limites ambientais do globo pelos defensores do Green Capitalism até um novo momento onde se busca uma síntese que visa estabelecer uma aliança entre preservação e conservação da natureza a partir dos anos setenta do século passado, possibilitando a coexistência de posturas ideológicas ambientalistas que variam desde a Antrpocêntrica à Ecocêntrica.

No sentido de reorientar as discussões acerca do caráter insustentável da sociedade moderna e inserir o desenvolvimento sustentável no debate das concepções acerca de desenvolvimento, Leonardos (1996) recupera o conceito de Lebrét, que define o processo de desenvolvimento a partir de transições dos grupos sociais rumo a patamares mais humanos de realização de suas necessidades e não apenas considerando o aporte do progresso técnico como critério definidor único do desenvolvimento.

Ainda segundo Leonardos (1996), uma sociedade é mais desenvolvida não quando seus cidadãos “têm mais”, mas quando todos podem "ser mais". O crescimento material e o aumento quantitativo são necessários para o desenvolvimento humano genuíno, mas que não seja crescimento de qualquer tipo, nem aumento a qualquer preço.

Nesse sentido, uma sociedade permanece subdesenvolvida enquanto um pequeno número de indivíduos ou grupos privilegiados permanecer alienado em uma abundância de bens de luxo e



facilidades de acesso a recursos à custa dos muitos que estão, deste modo, privados das suas necessidades essenciais (subsistência). Em tais situações, tanto os ricos quanto os pobres sofrem de satisfação insuficiente de suas necessidades de melhoria ou promoção.

Alain Lipietz compartilha, de modo implícito, da aceção de desenvolvimento de Lebrét ao trazer a lume o desafio relativo à reorientação do capitalismo rumo ao desenvolvimento sustentável em bases exequíveis, ou seja, à luz das atuais possibilidades de transição de um capitalismo vigente hoje (insustentável) rumo à sustentabilidade. Assim diz o autor:

Penso que essa ideologia da ruptura, essa ideologia da Nova Jerusalém, é belíssima ideologicamente, mas que nunca funcionou na história. Todos os que tentaram fazê-lo, que acreditaram ser possível sair do capitalismo pela porta mestra da revolução para construir um outro modelo de produção, se aperceberam eles próprios, rapidamente, que outra coisa não faziam senão construir no exterior algo de não muito diferente da Babilônia que tinham deixado. Assim, pois, há que não ter a perspectiva de construir um modelo de desenvolvimento sustentável saindo do capitalismo. Há que se pôr a questão de uma inflexão no capitalismo, de novos modelos de desenvolvimento que, num primeiro tempo, não rompam com as relações sociais do capitalismo; mas vamos tentar integrar valores como: a autonomia, a solidariedade e a responsabilidade ecológica (2000, p.2).

Em direção similar, Robin Attfield (1999, p. 105), discutindo as contradições intrínsecas ao conceito de desenvolvimento sustentável, salienta a necessidade de reconhecimento da prioridade que deve ser atribuída à satisfação das necessidades básicas - individuais e coletivas - e, como conseqüência ética e moral desse reconhecimento, a capacidade que tem tal conceito de comportar um “amplo alcance de processos de desenvolvimento, cada um servindo melhor a circunstâncias históricas e culturais diferentes”.



2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo conclusivo e sintético, pode-se esboçar algumas possíveis clivagens teóricas das concepções de natureza incidentes na base das formulações da conservação ao ecodesenvolvimento, com as respectivas vertentes ideológicas do(s) ambientalismo(s), conforme aprofundadas por Melo e Souza (2004), com as contribuições ao debate geográfico sobre ambiente e paisagem no quadro a seguir, à guisa de adensar o debate.



Quadro 1: Concepções de Natureza e suas relações com o(s) Ambientalismo(s): contribuições para o debate geográfico sobre ambiente e paisagem.

CONCEPÇÕES DE NATUREZA	CARACTERÍSTICAS CENTRAIS	VERTENTES IDEOLÓGICAS DO AMBIENTALISMO	CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE GEOGRÁFICO
PRÉ-SOCRÁTICA E GREGA CLÁSSICA	- Natureza como coisa em si mesma, auto-emergente e matricial (Physis) - Caráter teleológico	BIOCENTRISMO ECOCENTRISMO/ HOLISMO	Ambiente confundido com a idéia de natureza (idéia de Physis), com retorno à esfera de relações comunitárias de vida. Paisagem enquanto fruto de antagonismos natural X cultural, externamente estabelecidos.
RENASCENTISTA	- Natureza como sucessão de fenômenos - Homem separado da natureza	ANTROPOCENTRISMO	Dominação humana sobre a natureza pelo advento de novas técnicas, sem preocupação com o esgotamento dos bens ambientais. Idéia de paisagem como percebida e valorizada pelos sentidos e não por realidades de intervenção socioespacial
ROMÂNTICA	Ênfase à subjetividade em oposição ao racionalismo	BIOCENTRISMO ECOCENTRISMO	Valorização da natureza em si mesma, com ênfase ao preservacionismo. Paisagem concebida enquanto quadro estático, referência à dimensão estética da arte no tratado teórico com a paisagem



<p>MODERNA</p>	<p>- Natureza enquanto máquina regida por leis externas a si mesma, logo, passível de regulação e de completo domínio pelo homem</p>	<p>ANTROPOCENTRISMO TECNOCENTRISMO (EXARCEBADO)</p>	<p>Auge da visão de progresso da humanidade, ainda que obtido à custa da degradação da natureza. Fisiologia da paisagem e ambiente construído sem o mundo natural.</p>
<p>CONTEMPORÂNEA</p>	<p>- Natureza como condição e parte integrante do processo de reprodução social (Marxismo). - Consciência dos limites planetários e das conexões com o Todo - Crise ambiental</p>	<p>ANTROPOCENTRISMO TECNOCENTRISMO (MODERADO) BIOCENETRISMO ECOCENETRISMO HOLISMO</p>	<p>Ambiente como resultante das relações produtivas Paisagem como agregação de tempos desiguais e da acumulação de capital. Deslocamento discursivo do debate ambiental para a esfera da redução do consumo. Microgeografias e cotidianidade como possibilidades de recortes analíticos da paisagem. Sacralização e desumanização da paisagem e reificação do ambiente entendido como natural, em detrimento das lutas sociais.</p>

FONTE: MELO e SOUZA, 2004; 2007.



3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATTFIELD, R. **On Ethics of the Global Environment**. Edinburgo: Edinburgh University Press, 1999.

BARTHOLO JR., R.; BURSZTYN, M.; LEONARDOS, O. H. **Science and the ethics of sustainability**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 1999.

BERKES, F.; FOLKE, C.; COLDING, J. Ecological practices and social mechanisms for building resilience and sustainability. In: BERKES, F.; FOLKE, C.; COLDING, J. (eds.). **Linking social and ecological systems for resilience and sustainability**. Estocolmo: The Beijer International Institute of Ecological Economics, 1998.

BUENO, E. **Terra à Vista: as aventuras do descobrimento do Brasil**. vol. I. São Paulo, 3ª ed., Companhia das Letras, 2001.

CARSON, R. Silent Spring. Boston: Houghton Mifflin, p. 23-30. In: NELISSEN, N., STRAATEN, J. V. D.; KLINTERS, L. (eds.). **Classics in Environmental Studies: an overview of classic texts in environmental studies**. Utrecht: International Books, p. 68-73, 1997.

DRENGSON, A. Shifting Paradigms: from technocrat to planetary person. In: **Deep Ecology – an anthology**. Califórnia, North Atlantic Books, 1995.

LEOPOLD, A. Natural Principles of Land Use. In: **Soil Conservation**. Vol. 10, n. 2, pp. 38 -39, 1944.

LÉVEQUE, C. O princípio da Precaução e a Conservação da Biodiversidade. In: **A Biodiversidade**. Bauru, EDUSC, pp. 72-78, 1999.

LIPIETZ, A. Será impossível um desenvolvimento ecologicamente viável? In: FONSECA, J. M. D. da (Ed.). **Actas do Ciclo de Conferências Portugal e o Desenvolvimento Sustentado**. Lisboa, Assembléia da República Portuguesa, pp. 01-17, 2000.

MEADOWS, D. The Limits of Growth. In: NELISSEN, N., STRAATEN, J. V. D.; KLINTERS, L. (eds.). **Classics in Environmental Studies: an overview of classic texts in environmental studies**. Utrecht: International Books, p. 195-198,



1997.

MEFFE, G. Biodiversity and Conservation Biology. In: MEINE, C.; KNIGHT, R. (eds). **The Essential Aldo Leopold**. Wisconsin, EUA, University of Wisconsin Press, pp. 127-152, 1999..

MELO E SOUZA, R. Visões de Natureza e Discursividades em Disputa no Pensamento Ambientalista Brasileiro. **Revista TOMO**, n. 04. São Cristóvão: EDUFS, 2004.

MELO E SOUZA, R. **Redes de Monitoramento Socioambiental e Tramas da Sustentabilidade**. São Paulo: Annablume, 2007.

MENDONÇA, F. de A. A Geografia Socioambiental. São Paulo: **Terra Livre**, n. 19, AGB, 2003.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico brasileiro?**. Campinas: Contexto, 2006.

MOREIRA, R. **As Matrizes do Pensamento Geográfico Brasileiro**. Vol. I. Campinas: Contexto, 2008.

MORIN, E. **O Método IV: o conhecimento do conhecimento**. Lisboa: Editorial Europa-América, 1996.

_____. **Saberes Globais e Saberes Locais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SCHAMA. S. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

THOMAS, K. **O Homem e o Mundo Natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Orgs.). **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997.

WHITE JR., L. The root of ecological crisis. In: NELISSEN, N., STRAATEN, J. V. D.; KLINTERS, L. (eds.). **Classics in Environmental Studies: an overview of classic texts in environmental studies**. Utrecht: International Books, 1997.

